

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.052](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.052)

QUAL O FUTURO DA EDUCAÇÃO DIANTE DA DESESTRUTURA FAMILIAR

Lenilda Pereira dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação na Universidade Columbia-PY Instituto de Desenvolvimento Educacional Ibero-Americano/columbiaideia@gmail.com; Psicopedagoga, Neuropsicopedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Bandeirante de São Paulo, graduada em Letras (Português e Inglês) Universidade de Guarulhos com complementação em espanhol pelo Centro Universitário de Santo André e Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr Edmundo Ulson -UNAR/ CV: <http://lattes.cnpq.br/0538445778841994>.

RESUMO

O presente artigo visa contribuir com as discussões existentes referentes o futuro da educação diante da desestrutura familiar cujo está atrelado a inversão de valores éticos e morais, tal fator varia conforme o modo de vida de cada país e questões sociais e culturais e a desestrutura familiar reflete no desempenho escolar. Quando há consciência sobre os fatos que envolvem a prática, o educador passa a ser umas das principais vertentes como auxílio para possíveis soluções pois o mesmo é um ser crítico, autônomo – que respeita os saberes prévios do educando –, ético e moral, cujas palavras e ações servem como testemunho da sua prática o que se reflete no ato de ensinar expressando criticidade, curiosidade, uma inquietação indagadora que propicie discernimento, ética e estética, pois o professor tem a obrigação de ser um testemunho rigoroso de decência e pureza, portanto o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral dos estudantes cujo em destaque vem a importância do setor pedagógico na integração das famílias.

Palavras-chave: Futuro – Educação – Família- Escola- Desestrutura.

INTRODUÇÃO

É perceptível e se torna cada vez mais raro encontrar aluno sem dificuldade de aprendizagem no ambiente escolar. Esse fato varia conforme o modo de vida de cada país e questões sociais e culturais. Podemos identificar o estudante que tem problemas de aprendizagem por desvantagens culturais, ensino ineficaz, envolvimento socioeconômico baixo, trabalho pedagógico inadequado ou diagnóstico médico precário.

Qualquer indivíduo, de qualquer classe social ou nível econômico, pode se sentir confuso, ameaçado e inseguro com as exigências das instituições educacionais. Vários problemas e conflitos familiares resultam das dificuldades de aprendizagem. Por isso, não é estranho que esses obstáculos expressem certa tendência cultural-política de educação de saúde e bem-estar. A tendência cultural dos contratempos de aprendizagem e a tendência comportamental a eles citada dependem das múltiplas situações dos alunos e das aspirações que os envolvem.

Só é possível identificar um estudante com bloqueios de aprendizado quando não há interferência de fatores socioeconômicos. As ideias centrais estão na disfunção psicológica e neurológica do processamento de informação, e não em aspectos socioeconômicos, por consequência de situação de privação e desajuste biológico e social.

Como explicitado por Oliveira (2002), em complemento à ideia de Áries (1988), a educação conjunta entre família e professores, na prática, acaba não apresentando uma união real, e sim uma alternância de visões sobre as estratégias preferidas por alunos, pais ou docentes.

Outro elemento urgente a ser tratado é a transferência de responsabilidades educacionais. Carraro (2006) afirma que essa cessão das famílias para a escola se dá porque os pais têm cada vez menos tempo para se dedicar à educação básica dos filhos e também em virtude da desestrutura familiar.

Sobre a atuação pedagógica, vale lembrar a importância do setor de supervisão e orientação pedagógica na escola, que devem atuar de modo preventivo junto a todos os integrantes dos diversos segmentos da instituição educacional, procurando criar espaços

de discussão, reflexão e instrumentalização da equipe escolar, bem como de melhor atendimento ao aluno, propiciando-lhe o suporte necessário para atingir a autonomia.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é destacar a importância do setor pedagógico na integração das famílias. Qual é o papel da escola e da família? Qual é a real importância da intervenção pedagógica para a integração entre escola e família? Qual é o papel da família e o da escola?

A desestrutura familiar reflete no desempenho escolar. Quando há consciência sobre os fatos que envolvem a prática, cada educador é um ser crítico, autônomo – que respeita os saberes prévios do educando –, ético e moral, cujas palavras e ações servem como testemunho. Os educadores não podem dar lugar a sentimentos discriminatórios e precisam ser reflexivos, assumindo acertos e erros, de modo que os estudantes tenham a certeza de que estão sendo bem-orientados.

METODOLOGIAS

Esta pesquisa tem como principal fonte uma revisão de literatura atrelada à pesquisa bibliográfica cuja necessidade de aprofundamento e embasamento teórico é justificada pela relevância do tema, uma vez que muito se tem discutido a respeito da importância da integração de ambas as instituições como meio do processo de melhoria da aprendizagem e da integração entre família e escola, no sentido da proposição de uma educação de qualidade aos jovens.

De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza com base em registros disponíveis, decorrentes de estudos anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc., valendo-se de dados, ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Já o exame documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só os impressos, mas sobretudo outros tipos, tais como jornais, fotos, documentos legais e gravações.

A pesquisa qualitativa envolve dados descritivos obtidos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza

mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E EMOÇÃO

As primeiras impressões

O presente artigo tem como objetivo destacar, com base na revisão da literatura, a importância da intervenção psicopedagógica na escola, no sentido de colaborar para o processo de escolarização de alunos com dificuldades e na interação com a família, que na maior parte do tempo não cumpre suas responsabilidades, deixando de realizar também o papel de grandes educadores, ao omitir informações, e a cooperação necessária à aprendizagem do aluno. O educador se tornou um ponto de conflito entre as duas instituições, havendo necessidade de uma intervenção pedagógica estruturada a fim de desvendar novas alternativas e condições facilitadoras visando a melhores resultados.

O educando, ao ingressar na instituição escolar, traz consigo uma história de vivência e oportunidades muito complexa, a qual é preciso estudar e caracterizar. A escola revela os problemas de aprendizagem do aluno, em vez de buscar adotar uma atitude preventiva e uma prática compensatória. O estudante com dificuldade revela algo pelo qual não é responsável, na medida em que seu crescimento biológico, psicológico e social depende, fundamentalmente, das atitudes dos adultos com os quais convive.

Diante do exposto, devemos levar em consideração que todo indivíduo tem experiências e vivências históricas que começaram na família e vão para escola. Marcelli (2010, p. 21) explica que Winnicott disse, com muita pertinência, que uma criança pequena, sem sua mãe, não existe. Ambos, mãe e filho, formam um todo sobre o qual deve incidir a avaliação e o esforço terapêutico. Essa verdade é válida também para a criança maior e o adolescente. A avaliação do normal e do patológico no funcionamento de uma criança não poderia ignorar o contexto ambiental, parental, fraternal, escolar, residencial, amigável, religioso etc.

Muito se tem estudado e escrito acerca da interação entre a hereditariedade e o meio. A balança tende a oscilar sobre os enfoques unidimensionais, porém o problema da etiologia das dificuldades de aprendizagem só pode ser tratado quando se aprofundam os estudos sociais, com auxílio dos fatores de origem e do envolvimento da doença.

SOBRE AS DIFICULDADES ESCOLARES

Atualmente, o que descobrimos sobre dificuldades escolares é que estamos passando por um processo de transformação e enfrentamento de novos paradigmas. Antes, estudantes que apresentavam algum tipo de problema eram chamados de maus alunos. Essa mudança de vocabulário tem a vantagem de dar uma nova direção à investigação psicopedagógica.

Fica claro para Marcelli (2010, p. 427) que, sem entrar nessa polêmica geralmente acalorada, constatamos que, nas últimas décadas, o estudo das dificuldades escolares passou de um ponto de vista puramente moral – o fracasso se devia à preguiça da criança, que, conseqüentemente, era a principal culpada – a um ponto de vista médico-patológico – o fracasso se deve à inadaptação da criança, conceito que subentende, em maior ou menor medida, uma falha do equipamento neurofisiológico de base (ver o problema da deficiência mental) – e, finalmente, a um ponto de vista sociológico – o fracasso se deve à inadaptação das estruturas escolares atuais a uma proporção não desprezível da população. Curiosamente, embora o quadro de referência desses pontos de vista seja evidentemente muito diverso, cada etapa procurou englobar e, depois, anular a antecedente.

Fica evidente que essas dificuldades não são todas de origem emocional ou afetiva. Há, sim, aquelas que resultam de maior ou menor aptidão escolar, mas muitas são também de responsabilidade do educador, de acordo com Paulo Freire, que mostra que ensinar não é transmitir somente conhecimentos, e sim criar possibilidades para a produção do saber. Ensinar exige muitos fatores.

Ainda na concepção de Freire, uma das primeiras exigências é o rigor metódico. O educador deve reforçar a capacidade crítica do educando, auxiliando-o a se tornar criador, investigador, um ser

inquieta, rigorosamente curioso, humilde e persistente. O docente deve ensinar os conteúdos e também a pensar certo. Os conhecimentos dos livros são muito importantes, porém apenas eles não são suficientes para lidar com a realidade do educando, cujas necessidades variam de acordo com diversos aspectos sociais.

Este estudo deixa claro que ensino sem pesquisa não é ensino, bem como que pesquisa e ensino estão relacionados e devem respeitar os saberes do educando. É necessário discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina, estabelecendo uma familiaridade entre os saberes curriculares fundamentais e a experiência social de cada um deles.

O ato de ensinar exige criticidade, curiosidade, uma inquietação indagadora que propicie discernimento, ética e estética, pois o professor tem a obrigação de ser um testemunho rigoroso de decência e pureza, portanto o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral dos estudantes. Da mesma forma, ensinar exige a corporificação das palavras por meio de bons exemplos e apresenta risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.

O repúdio de Paulo Freire a tais ações se faz notável e deve ser seguido. Pensar certo requer humildade, uma reflexão crítica sobre a prática educativa. Como cita o autor, essa prática docente crítica envolve um movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O educando desenvolve o pensar certo em comunhão com o educador, o que contribui para melhorias reais na prática-ensino-aprendizagem.

Quando há uma tomada de consciência sobre os fatos que englobam a prática crítica e autônoma de cada profissional, respeitando os saberes prévios dos alunos, tem-se a certeza de que esse professor está ensinando a pensar certo.

AS IDEIAS SOBRE A EMOÇÃO

A escola, além de um ambiente de aprendizado formal, é também a primeira colocação social fora do núcleo familiar.

A instituição escolar passa a ser para o educando um ambiente favorável para a avaliação emocional, um espaço social parcialmente fechado, mediado entre a família e a sociedade. É na escola

em que o comportamento dos alunos pode ser avaliado e eles podem ser comparados com seus pares e seu grupo etário e social.

O comportamento e a ação desses alunos favorecem várias experiências emocionais. Para Leibig (2009, p. 63), a emoção está no início do processo de decisão e é determinante na percepção e na atenção. Alguns estudos recentes sobre o funcionamento do cérebro mostram que, muitas vezes, são as emoções sentidas em experiências passadas que levam à tomada de decisão, e não o raciocínio sobre a situação presente. Segundo esses estudos, a consciência da ação sucede à experimentação da emoção.

O educador deve ter um olhar de sensibilidade que o manterá informado e lhe dará maior capacidade para detectar problemas cruciais na vida e no desenvolvimento das crianças.

Dentro da sala de aula, há situações psíquicas significativas nas quais os professores podem atuar tanto de maneira benéfica quanto consciente ou inconscientemente, agravando condições emocionais problemáticas dos alunos. Eles podem trazer consigo uma série de situações emocionais internas e externas, da própria constituição emocional (ou personalidade), e apresentar as consequências emocionais de suas vivências sociais e familiares.

A AUSÊNCIA DA FAMÍLIA REFLETE PROBLEMAS NO AMBIENTE ESCOLAR

As mudanças drásticas de rotina, bem como a falta de tempo para conversar, ouvir, ensinar uma tarefa, dar orientação num trabalho, perguntar ao filho como foi seu dia, ocasionam baixo rendimento escolar, sobretudo porque essa atenção e orientação não podem ser dadas somente na escola, em que o tempo nem sempre permite a realização de todas as atividades necessárias, colocando a aprendizagem em risco.

Em consequência dos fatores expostos, estudantes ficam com a autoestima abalada e não querem aprender. À escola, vêm sendo atribuídas noções de educação básica, que são e sempre foram de responsabilidade das famílias, as quais passam todo o tempo em seus afazeres, sem um convívio diário com os filhos, sem orientá-los. Para piorar, o mercado ainda coage os responsáveis a oferecer presentinhos – como internet livre, passeios ao shopping, videogames,

festas – para compensar a ausência, de maneira que os valores familiares são delegados à escola.

Muitas vezes, o estudante chega à escola sem limites, enfrenta o professor, que mal consegue falar e, em alguns casos, é agredido verbal e fisicamente. Na instituição de ensino acaba ocorrendo o encontro entre educação e violências, do qual os atores são educadores e educandos (PINSKY, 1999).

Outro problema grave da educação é a permissividade excessiva. Como os jovens têm muitos direitos e nenhum dever, muitas vezes se afastam da escola. É necessário repensar a relação família-escola, pois é dever dos pais educar os filhos e buscar uma parceria com a instituição. Infelizmente, essa atitude vem sendo confundida com transferência de todas as responsabilidades para a escola (CARRARO, 2006).

Segundo Puebla (1992, p. 20), a escola afirma que o êxito do processo educacional depende muito da atuação e da participação da família, que deve estar atenta a todos os aspectos do desenvolvimento do educando. Os docentes reclamam que os pais delegam à instituição todas as suas responsabilidades, o que os desvia da função de transmitir os conteúdos curriculares, sobretudo os de natureza cognitiva.

Como consequência, em vez de as famílias serem aliadas, acabam se afastando do ambiente escolar. A união entre pais e escola deveria ser o ponto fundamental para a felicidade da família (MARIA, 2008).

Segundo Edgar Morin (2002), os saberes necessários à educação do futuro devem abranger os seguintes tópicos:

- As cegueiras do conhecimento – suas incertezas, erros e ilusões.
- Os princípios do conhecimento pertinente.
- Ensinar a condição humana – seu caráter único e plural.
- Ensinar a identidade terrena por meio da conscientização ecológica.
- Instruir a enfrentar as incertezas e as imprevisões do pata-mar histórico.
- Ensinar a ética da compreensão, refletindo com base no etnocentrismo e no sociocentrismo.
- Ensinar a ética do gênero humano.

Isso é um grande desafio, pois a educação do futuro exige um esforço maior de conhecimento capaz de romper paradigmas com a oposição entre natureza e cultura. O professor passa a ser um mediador entre o sujeito e seu ambiente, e a qualidade de seu trabalho se mede pela forma como conduz os alunos.

Pedro Demo (1999) acredita que não se trata de estabelecer quantidade e qualidade, mas que uma interaja com a outra atuando na realidade social, avançando numa reflexão que tenha consequências políticas, sociais e pedagógicas baseadas na qualidade política.

Os problemas pedagógicos que envolvem a globalização e a informatização do conhecimento, ou seja, os avanços tecnológicos, são fatores irreversíveis. Uma das críticas à educação básica é o fato de se preocupar mais com a quantidade, as estatísticas e os resultados do que com a qualidade do ensino. O crescimento de estabelecimentos que praticamente distribuem diplomas e a diversificação de cursos sem valor algum fizeram com que os princípios básicos da educação se perdessem (ibid.).

Qualquer mudança substancial é difícil de ser colocada em prática. O Estado regula muitos tópicos acerca da educação, mas descuida completamente dos pontos essenciais, de modo que nós, profissionais da educação, necessitamos reelaborar nossas práticas educativas. É preciso acreditar no processo educacional e ter coragem para ajudar no o desenvolvimento da inteligência (GILES,1987).

A INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA E ORIENTADOR PSICOPEDAGÓGICO

O primeiro contato social que a criança experimenta é junto à família. Durante o desenvolvimento, os contatos se expandem até os educadores nas escolas. Essa união complementa a formação do caráter e a educação, reforçando a ideia da presença efetiva dos pais no processo educacional dos filhos.

São os pais e os demais familiares que transmitem à criança os valores de ética, cidadania, solidariedade, respeito ao próximo, autoestima, respeito ao meio ambiente, além de pensamentos que atribuirão características de personalidade. Dependendo da estrutura familiar, essa influência acarretará um adulto flexível ou radical,

que pode ou não estar aberto a diálogos, mudanças e tecnologias. Desde pequena, antes mesmo de entrar no ambiente escolar, a criança já aprende o que a mãe aprova e o que não aceita, o que é perigoso, o que pode ou não fazer, enfim, percebe a importância da orientação dos pais (DI SANTO, 2007).

Conforme Carraro (2006) salienta em sua obra, a união entre família e escola as torna forte aliadas na formação do indivíduo e pode ser bastante vantajosa. Segundo Bonini (apud Carraro, *ibid.*), a academia precisa ser a base na tríade pais-educadores-crianças durante o processo de inserção do jovem na vida social e escolar.

Di Santo (2007) lembra que a relação entre essas três instâncias é de extrema importância no processo de escolarização e está amparada pela legislação nacional e pelas diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Como exemplos, a autora cita: o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (Lei nº 8.069/90), artigos 4º e 55; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] (Lei nº 9.394/96), os artigos 1º, 2º, 6º e 12; o Plano Nacional de Educação [PNE] (aprovado pela Lei nº 10.172/2007), que define a implantação de conselhos escolares e a implementação da comunidade escolar (incluindo a família), com o intuito de fazer benfeitorias nas instituições educacionais e criar mais oportunidades educacionais e de recursos pedagógicos; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que adota mecanismos para a participação efetiva da família no desenvolvimento do aluno.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO

A FAMÍLIA PERANTE A ESCOLA

A família é a base e serve de parâmetro para a criança, que se comporta na sociedade da forma que foi ensinada. É comum, no entanto, encontrar problemas como permissividade, pobreza, ausência de valores e falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos. As crianças que vivenciam essas situações acabam por transferir seus problemas para a escola.

É relevante citar o relatório Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996, p. 95), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco),

que reforça que “a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão de valores e normas” (ARIÈS, 1988).

Entre as responsabilidades da escola, destaca-se relacionar os problemas familiares com o ambiente escolar. Fermoso (1998, p. 93) sugere que o professor pode atuar com a família, as crianças ou os jovens como elemento mediador. Petrus (1997, p. 31) diz que a educação social não deve ter, entre suas competências, a responsabilidade da atividade escolar.

A família, núcleo primordial da educação, tem delegado esse papel para a escola, mas nenhuma instituição poderá substituir as condições educativas da família. À escola não se pode pedir mais do que ensinar os conteúdos programáticos exigidos pelo MEC, ainda que a instituição não possa ignorar conflitos e problemas sociais.

De acordo com Singly (2007), a vida é uma sequência de lutas e contradições, de modo que a relação familiar pode influenciar no desempenho escolar. Segundo Áries, toda educação se dava pelo aprendizado. [...] Não se mantinham as crianças em casa. Elas eram enviadas para outra família, a fim de viver ou aprender os comportamentos de um cavaleiro ou de uma profissão. [...] Não havia lugar para a escola nessa transmissão de aprendizado dentro de uma geração para outra. No aprendizado, a criança adquire um estatuto de criança tão evidente quanto nos parece que detém: o de um longo período de socialização com seus pares, jovens da mesma idade, associado ao estabelecimento de uma relação de dependência dos pais (apud SINGLY, *ibid.*, p. 45-46).

São enormes as diferenças entre as famílias do passado e as do presente, pois não apenas os objetivos, mas também os meios para obter esses objetivos, se modificaram. As contínuas transformações sociais ocasionaram grandes mudanças nos modos de transmissão. Singly (apud SINGLY, *ibid.*, p. 45-46) ressalta que a família moderna é mais regida pela educação escolar, como a grande mentora do funcionamento da sociedade.

O título escolar deixa de ser um atributo estatutário para se tornar um verdadeiro direito de entrada. A escola e o grupo social que a escola produz a partir das propriedades ligadas à família

tomam o lugar desta. A escola desempenha o papel atribuído antes do nepotismo e às alianças matrimoniais.

O fato de a família não intervir mais tão diretamente quanto antes não significa que tenha perdido totalmente o poder, mas se tornou dependente da sociedade. Esse acompanhamento é necessário, a fim de detectar as desvantagens em estágio inicial e resolvê-las em tempo hábil. A escola demanda bastante tempo da família, cujas atitudes remetem a um progresso ou regresso em sua trajetória. A estratégia de abordagem tem se tornado um grande desafio, já que certas normas familiares perderam a eficácia.

A criança, no ambiente familiar e escolar, tem favorecido ou desfavorecido o desenvolvimento psicológico sobre o consciente e o inconsciente, pois se trata de um cidadão em formação, que está aprendendo a se relacionar e a adquire regras de convívio desde o nascimento.

Crianças e adolescentes são muito sensíveis a mudanças bruscas, como separação dos pais, mudança de casa ou de escola, troca de um professor querido. Sem a interação família-escola, o processo educacional é muito prejudicado, porque perde a sintonia do que é ensinado em ambos os ambientes (PAIS, 2001).

Competem à escola repassar conteúdos programáticos e contribuir para a formação global dos alunos, que precisam ser educados sem violência física, sexual ou verbal, com a finalidade de se tornarem e cidadãos ativos. Isso envolve segurança, autoestima, respeito, disciplina e dedicação no decorrer do desenvolvimento emocional, e nem família nem escola conseguem dar conta desse papel separadamente.

A família deve se mostrar tão interessada na educação quanto a escola, que tem o papel de dar prosseguimento ao que foi iniciado pela família, com a responsabilidade de introduzir influências capazes de compensar as deficiências da criação familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das abordagens dispostas neste artigo, devemos considerar o aluno um indivíduo que apresenta problemas peculiares à sua faixa etária, assim como o adulto.

Percebemos que as variáveis sociais, culturais e ambientais, particularmente aquelas que dizem respeito ao funcionamento familiar, ou seja, a família que acompanha o processo de aprendizagem do filho, são fundamentais quando surgem dificuldades. Logo, se a família acompanhar o rendimento das crianças, elas dificilmente enfrentarão situações de defasagem no aprendizado. Há uma espécie de efeito de proteção exercido pelos bons relacionamentos familiares que se estende até a adolescência e que, em geral, fazem os estudantes se tornarem adultos não vulneráveis a esse tipo de problema.

Chamamos a atenção para a prática docente e do olhar desse professor perante cada aluno, haja vista que o ambiente escolar é muito importante para o diagnóstico precoce e o tratamento de sucesso dos jovens.

É primordial que seja desenvolvido um trabalho de informação e conscientização para professores e pais sobre problemas emocionais que os alunos podem ter.

Percebemos que é necessário trabalho em equipe e diálogo, de modo que em nenhum momento o aluno seja deixado em segundo plano.

É necessário que tanto o professor quanto todo o contexto escolar estejam preparados para tal atividade. A formação desenvolve essa prática preventiva na sala de aula e na escola, cabendo ao professor mediá-la de forma verdadeira e significativa.

O professor capacitado para perceber as possíveis mudanças no aluno é consciente e sensível diante das dificuldades da alma humana. Ele ajuda no sucesso ou no fracasso escolar do estudante.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1998.

_____. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUBRY, J. **Psicanálise de crianças separadas: estudos clínicos**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2004.

BOWLBY, J. **Apego e perda. Vol. 2. Separação: angústia e raiva.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Apego e perda. Vol 3. Perda: tristeza e Depressão.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.

CARRARO, R. **Reportagem Revista Criança – MEC/SEB,** 2006.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1983.

DI SANTO, J. M. R. **Centro de Referência Educacional – Consultoria e Assessoria em Educação.** Retrieved from (Artigonal), 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROEBEL, F. W. In: PALMER, A. J. **50 grandes educadores: de Confúcio a Dewey.** São Paulo: Contexto, 2008.

GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R.; MANGUN, G. R. **Neurociência cognitiva: a biologia da mente.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GILES, T. R. **História da educação.** São Paulo: EPU, 1987.

LEIBIG, S. (Org.). **Dificuldades de aprendizagem têm solução.** São Paulo: All Print Editora, 2009.

LÜDKE, M. A.; MARLI, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCELLI, D.; COHEN, D. **Infância e psicopatologia.** 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARIA, S. **Educação familiar: aspectos do desenvolvimento infantil frente a globalização.** Disponível em: <www.webartigos.com/articles/37172/1/Educacao-Familiar-Aspectos-dodesenvolvimento-infantil-frente-a-globalizacao/página1.html>. Acesso em: ago. 2022.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia da educação.** São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Z. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro.** Porto: Âmbar, 2001.

PINSKY, J. **Educação e cidadania.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ROTGER, A. P. **Nuevos espacios de la educación social.** In: PANTOJA, L. Bilbao: Universidad de Deusto, 1988.

_____. **Pedagogia social.** Barcelona: Editora Ariel Educación, 1997.

SARTRE, J. P. **La transcendance de L'Ego: esquisse d'une description phénoménologique.** Paris: VRIN, 2003.

_____. **L'Existencialisme est un humanisme: présentation et notes par Arlette Elkaim-Sartre.** Paris: Folio/Essais, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. PCN. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2022.